

ESCOLA E TRABALHO*

Cláudio L. Salm**

O tema geral é o da adequação da mão-de-obra ao processo de trabalho, mais claramente, ao processo capitalista de trabalho. E dentro desse tema geral, a preocupação mais específica é com os vínculos, relações, entre escola e empresa, entre educação e trabalho.

O ponto de partida é a constatação da existência de duas tendências contraditórias: por um lado, o crescimento absurdo, exagerado, do sistema educacional, uma promoção educacional forçada da população; e, por outro, a tendência do regime capitalista de produção em diminuir o valor da força de trabalho ou, em outras palavras, desqualificar, recorrentemente, o trabalho.

Dessa constatação resulta ser no mínimo intrigante a sempre alegada dependência das empresas diante do sistema educacional. A suposta dependência das empresas face a um sistema educacional que se expande sem cessar vai contra toda a lógica da evolução capitalista.

Começo pelo debate em torno do papel da Escola, tendo em vista essencialmente a maneira pela qual é tratada a crise da educação, crise essa que defino assim: "o sistema educacional retém um contingente crescente de pessoas por um número cada vez maior de anos, enquanto, simultaneamente, esvazia-se o conteúdo e o sentido do trabalho para a maioria".

* Transcrito de: PROFISSÃO E EDUCAÇÃO. São Paulo, SENAC, 1983. (Série Debates, 8) p. 25-30.

** Do Núcleo de Política Pública da UNICAMP.

Vejamos então os passos dados:

Começo por examinar as críticas que são feitas à Economia da Educação, à chamada teoria do capital humano, e verifico que por trás da profunda irritação e indignação dos críticos com relação a essa invenção neoclássica está a impotência. Tanto radicais americanos como radicais patrícios não conseguem superar aquela construção. Perdem-se em discussões puramente semânticas, como se o pecado maior da "teoria" fosse, por exemplo, o de chamar o trabalhador de "capitalista" quando investe em educação visando um diferencial de salário que seria a taxa privada de retorno.

Fazendo a limpeza das divergências semânticas, vejo que, no essencial, os críticos dizem exatamente a mesma coisa que os teóricos do "capital humano". Da leitura das críticas, fiquei com a impressão de que a raiz das dificuldades está, de ambos os lados, no tratamento que dão ao vínculo (ou falta de vínculo claro) entre educação e trabalho ou, dito de outra forma, no papel que todos atribuem à escola no processo de qualificação da mão-de-obra. Todos estão dizendo as mesmas coisas porque partem do mesmo erro, que é o de não perceber que o capitalismo precisa da escola para a formação de seus quadros e que a crise da educação, como a concebemos e definimos, é manifestação desse abandono, dessa orfandade. Talvez abandono não seja a palavra mais exata, pois levantaria a questão de se a escola pós-elementar já teria alguma vez cumprido aquele papel. Em resumo, não verificar que o capital também desenvolveu uma pedagogia própria, formas específicas e adequadas (para o capital) de formação da mão-de-obra que requer, formas essas que pouco têm que ver com a escola, é, a meu ver, o grande equívoco de todos, inclusive dos calculadores de taxas de retorno. Aliás, e isso é muito significativo, aprendemos com Blaug que "o instrumental da teoria do capital humano foi originariamente desenvolvido para avaliar a rentabilidade dos gastos empresariais em treinamento profissional (de onde

jamais deveria ter saído) e, depois, mecanicamente transposto para a educação geral”.

O apelo dos críticos a Marx me parece totalmente equivocado. Arrancam de *O Capital* uma dúzia de frases para formar uma colagem do tipo: a escola não se distingue de outros ramos da atividade econômica e representa uma espécie de D_1 das qualificações. Seu produto, o trabalhador educado, tem maior produtividade, isto é, aumenta a mais valia relativa e, como incorporou na sua formação doses maiores do trabalho social, sua força de trabalho tem maior valor. A escolaridade é o fator de redução do trabalho complexo ao simples, etc. etc... Em resumo, a escola capitalista serve ao capital, como diriam em outras palavras os teóricos do capital humano.

Ora, minha leitura de Marx não revelou nada disso, muito ao contrário. A questão do trabalho qualificado tem a ver com o duplo caráter do trabalho (como aliás de qualquer outra mercadoria) — seu caráter concreto e simultaneamente abstrato. A dimensão histórica desse passo lógico é a redução do trabalho complexo ao simples, e a escola, em Marx, não tem nada a ver com o assunto, antes pelo contrário, na medida em que pode até complicar esse processo. É claro que o trabalho complexo é trabalho que tem maior valor por incluir também o treinamento, mas Marx não atribui à escola, tal qual existe, papel relevante nesse treinamento. A escola para Marx é uma conquista da sociedade apesar das contradições que a envolvem. O que Marx lamenta na educação burguesa não é a escola como preparadora para o trabalho, mas sua dissociação crescente do mundo do trabalho.

O que encontramos em Marx, e esse é o ponto essencial, é a idéia de métodos capitalistas de ensino, o barateamento da formação profissional e a conseqüente redução do valor da força de trabalho. Mesmo que a escola, eventualmente, incorpore tais métodos, é fundamental, nesse debate todo, separar esses aspectos. Não fazê-lo é, para mim, a origem da confusão que domina a questão da educação. Que o capital tente usar a escola como veículo de transmissão de uma pedagogia capitalista (ensino vocacional, “prático”) não deve esconder o fato de que a sociedade busque preservar a escola desse abuso.

Agora, é estranho que nossos críticos não se dão conta dessa diferença, pois, entre nós, ao contrário de outros países como os Estados Unidos, os dois aspectos estão separados até institucionalmente, ficando a formação específica para o trabalho a cargo de órgãos como o SENAI e o SENAC. Estes sim, escolas capitalistas, sob administração patronal. E qual é a história do SENAI, por exemplo? Crescente permanência dos alunos? Não, pelo contrário: barateamento do ensino. E por quê? Porque a produção assim o exigiu.

Em suma, “enquanto os críticos denunciam o planejamento educacional como forma de subordinar a escola aos interesses do capital, a burocracia do Ministério da Educação e Cultura busca, mas não consegue, dar um caráter ‘produtivo’ ao sistema educacional”. E a melhor ilustração disso é a história do fracasso da reforma do ensino de 2º grau, a tentativa de dar-lhe um caráter terminal através da profissionalização. Essa reforma, ingênua para dizer o mínimo, foi rejeitada na prática por todos, estudantes, professores e até pelas empresas que, como não arcam com o custo do sistema, seguem ainda privilegiando os egressos do nível superior. E é por isso que a teoria do capital humano se mantém de pé.

O essencial é que diante da crise da educação — cada vez mais educação para poder ocupar os mesmos postos — poucos têm algo aproveitável a dizer. E o interessante é que tal crise é perfeitamente absorvida pela teoria do capital humano, pois seu formalismo vazio mostra que a promoção educacional forçada da população “é de fato sancionada pela taxa de retorno privada sobre o investimento educacional”. Nesse momento, entra-se definitivamente no reino da loucura. Extrapolando essa situação (e só espero que esse exercício não tenha qualquer valor), em breve o ascensorista terá nível universitário e o faxineiro o supletivo de 2º grau. A diferença de salário mostrará uma taxa de retorno positiva para o primeiro e tudo estará “explicado” pela teoria do capital humano.

Ora, tudo isso só leva à conclusão de que dissociou-se educação de escolaridade. O que o sistema está requerendo é apenas maior permanência na escola ou, se não for possível, nas “prisões” para menores.

Mas, de acordo com alguns autores, esta superescolaridade vai entrando em conflito com o mundo do trabalho, gerando frustrações crescentes. A escola esticada vai ameaçando o capital, pois a organização capitalista do trabalho não foi concebida para corresponder às expectativas de quem tanto se preparou para o trabalho. Muito ao contrário.

Examine-se, portanto, o outro pólo da contradição – o amesquinha-mento crescente dos postos de trabalho.

O estudo é feito seguindo os primeiros passos da retomada do tema: Stephen Marglin e Braverman.

Para Marglin, tudo se resume a uma compulsão patronal por desqualifi-car o trabalho, com o objetivo de dividir e controlar os trabalhadores. A análise de Marglin serve muito bem para contrapor Marx, que analisa o fenômeno a partir do objetivo de valorização do capital e das exigên-cias impostas pela acumulação e o conseqüente aumento na escala de produção. Para Marx, a indiferenciação crescente do trabalho, que está na base do conceito de trabalho abstrato, não é apenas um suposto, um axioma, essencial para que funcione um regime de produção voltado pa-ra e orientado pela troca. Esse passo tem sua dimensão real. Em termos bem coloquiais: não basta supor que o alfaiate pode se tornar açouguei-ro se o preço da carne subir em relação ao do terno. Para que isso se tor-ne realmente possível é preciso que, junto com a expansão do mercado (inclusive a nível mundial), o trabalho concreto de cortar o pano se assemelha cada vez mais ao trabalho, concreto, de cortar a carne e, para isso, será necessário, ao capital, livrar-se sempre do trabalho complexo e torná-lo simples. O trabalho complexo, qualificado na antiga acepção do termo, pode ser um entrave à acumulação e valorização do capital. A análise desemboca naturalmente no exame das hierarquias empresariais modernas e no novo sentido da "qualificação". Qualificado agora é o conjunto do corpo de trabalho da grande empresa e é por isso que não se pode (mais) confundir população excedente com exército industrial de reserva. A grande empresa irá internalizar toda uma gama de proces-

sos, inclusive o de tentar moldar o comportamento dos trabalhadores. Não irá confiar na escola nem para isso.

Mas, a homogeneização crescente do trabalho tem também como con-trapartida a crescente organização dos trabalhadores, e a força sindical deve ser levada em conta nas análises sobre o processo de trabalho. As-sim, na parte 4 do segundo capítulo introduzo a questão da força do conjunto sobre a lógica do capital. Não pretendi responder à questão, apenas colocá-la. Além disso, por lógica do capital não há porque enten-der apenas as reorganizações do processo de trabalho que melhor se adaptam aos objetivos da valorização. Por que não incluir também nesta lógica a política, a ideologia, enfim, as circunstâncias "extrafábrica"? Mas, como disse, não pretendi enfrentar tarefa semelhante.

Nessa parte final chego também no limiar de outra questão. Se qualifi-cação é controle do trabalhador sobre o processo de trabalho, no senti-do de *craft*, trabalho complexo, na medida em que o processo se objetiva através de um sistema de máquinas crescentemente automatiza-das, a qualificação agora será a capacidade do conjunto dos trabalhado-res em impor limites ao arbítrio. E é esta força que irá também influen-ciar a definição dos cargos, dos postos de trabalho, ou seja, do novo sig-nificado da qualificação. (Como lembrou alguém, a retórica da qualifi-cação hoje não é só uma retórica patronal, mas também operária)

Daí que, para a grande empresa, a seleção dos trabalhadores é muito mais importante do que a questão do treinamento, o que várias pesqui-sas já demonstram.

Qualificação é posto na hierarquia e é também fruto de negociações e compromissos. Hoje, a diferença entre qualificado e não-qualificado é a diferença entre ser trabalho organizado ou trabalho sem direitos. Nas palavras de Marx, o não-qualificado é aquele cuja indigência não o per-mite exigir, como outros, o valor de sua força de trabalho. E, na minha opinião, a escola pode contribuir para diminuir essa indigência.